



# CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga  
Presidente do ISB

Artigo nº 167/2011  
Contatos: secretaria@isb.org.br

## A QUESTÃO MORAL E O CASO PALOCCI

Quantas vezes, quando jovem, escutei preleções leninistas que afirmavam uma moral socialista, distinta da moral burguesa, moral permissiva que aceitava e justificava o roubo a um banco, ou mesmo a um rico, com a finalidade de financiar a causa revolucionária justa. Quantas vezes escutei, tantas duvidei da existência desta outra moral, que não passava bem pelo filtro do meu senso comum, comum mesmo, antes de ler mais sobre o tema da ética, levado pelo interesse pela filosofia política. Dessas leituras me ficou a convicção de que a moral é uma só, é do ser humano, da humanidade, e fundamentalmente estruturada na formulação universalista de Kant: fazer só o que todos teriam permissão para fazer. É verdade que aquele meu senso comum também me leva a relativizar um pouco a rigidez kantiana, e a admitir, por exemplo, que, em casos específicos, todos deveriam mentir, ou pelo menos poderiam mentir, mas sempre todos. Isto é, esse tipo de relativização, para mim, também deve ser universal, igual para todos, isto é, uma relativização que não comporta diferenciações sócio-político-ideológicas.

Entretanto, na vera realidade há o entretanto: há as morais corporativas, muito fortes e às vezes muito lenientes. A moral da competição empresarial no mercado, por exemplo, parece admitir procedimentos que não podem ser universalizados. Seus preceitos permitiriam obter, pagando se necessário, “inside informations”, isto é, informações estratégicas que ninguém possui, praticamente secretas, seja de fatos e dados do governo, seja de empresas concorrentes. Outro exemplo de permissão é pagar lobistas, pessoas que têm influência dentro do governo ou dentro de órgãos de informação poderosos, para que essas pessoas convençam e obtenham favores especiais para a sua empresa. Na ética corporativa empresarial, esses procedimentos são permitidos e praticados sob a designação genérica de “consultoria”. Os respectivos agentes, lobistas e informantes, os “consultores”, frequentemente são tidos como pessoas de bem, principalmente quando o fazem com ar de seriedade, com certa dignidade, sob algumas condições limitativas.

O trabalho de consultoria é realmente valioso: uma consultoria técnica muitas vezes é decisiva para o progresso da empresa e compensa remunerações bem elevadas. Há empresas brasileiras de consultoria muito bem sucedidas na área de engenharia como na de direito e de contabilidade. Assim também na área da economia, especialmente de economia financeira, que orienta aplicações. Entretanto, aqui também há entretantos. Os empresários são criteriosos nos seus investimentos e a remuneração de um consultor técnico, por mais competente, tem limites, que eles sabem avaliar. Se são excedidos esses limites, é porque a consultoria vai além dos aspectos técnicos, e pode abranger informações estratégicas de conhecimento muito restrito, ou a abertura de portas governamentais pesadas ou mesmo blindadas, procedimentos que aquela ética leniente aceita..

Vamos direto ao caso Palocci. O que pegou mal, muito mal, foi a justificativa pela invocação de precedentes: fulano, cicrano e beltrano também fizeram. Ó meu Deus, Carlos Lessa, indignado, logo gritou: eu não fiz! Foi presidente do BNDES. Eu também imediatamente pensei, eu não fui nada disso mas não faria de jeito nenhum! E quantos outros não fizeram! Havia até uma lei da quarentena, não sei se ainda vale.

---

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo  
Rio de Janeiro - RJ

www.isb.org.br

Tel: (21) 2285-3702  
e-mail: secretaria@isb.org.br



# CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga  
Presidente do ISB

Artigo nº 167/2011  
Contatos: secretaria@isb.org.br

Feito o comentário do ponto que pegou mal, eu não quero e não vou prejudicar meu companheiro. Acredito que ele tenha declarado tudo corretamente, tenha pago o imposto de renda e também o ISS à prefeitura de S. Paulo. E quero acreditar que a consultoria do Palocci tenha sido eminentemente técnica, isto é, de perito, e tenha respeitado os limites da ética universalista. E tenha, enfim, realmente merecido o valor das altas remunerações que recebeu (quanto?). Não quero falar de escrúpulo, que é um sentimento muito pessoal que ultrapassa as exigências da ética. Mas aqui, sim, observo que, costumeiramente, há uma sensibilidade mais apurada, neste campo dos escrúpulos financeiros, entre os socialistas, resultado, claro, da própria filosofia de vida deles, do conjunto dos seus julgamentos e sentimentos. Os socialistas costumam trazer no seu modo de ser uma dimensão forte de idealismo juvenil e são muito exigentes na questão da justiça na apreciação das remunerações em geral, do capital e também do trabalho. E o PT, afinal, é um partido socialista.

Eu realmente quero acreditar no que estou dizendo, mas o servidor público, esta figura à qual devoto minha maior admiração, o servidor exemplar, especialmente se exerce a eminente função de Ministro, e de Parlamentar também, está obrigado, a meu juízo, a tornar públicas suas contas privadas, sempre que for levantada alguma suspeita sobre elas. Obrigação do múnus público; compromisso ético que necessariamente todos assumem ao assumir a função. É minha opinião.

Em resumo, penso que o companheiro Palocci deve explicações mais detalhadas sobre os trabalhos que realizou e as remunerações que recebeu. A mídia não vai exigir isso, porque ela se pauta pela ética da corporação empresarial. Os partidos de oposição também não vão apertar, eis que o aperto pode sufocar a própria respiração. O PSOL vai gritar mas sua voz é fraca e não reverbera. Quem tem de cobrar mesmo é o PT. Que, afinal, é um partido socialista.

---

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo  
Rio de Janeiro - RJ

[www.isb.org.br](http://www.isb.org.br)

Tel: (21) 2285-3702  
e-mail: [secretaria@isb.org.br](mailto:secretaria@isb.org.br)